

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Ata da XXXV Reunião Ordinária do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia CCT – PARANÁ

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia – CCT/PR na Sala Viniúcius Nagem da Fundação Araucária, Curitiba/PR, para a realização da XXXV Reunião Ordinária, contando com quórum de 69%. A mesa foi composta presencialmente por **Aldo Nelson Bona**, Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, substituto legal do Presidente do CCT/PR; **Marcos Stamm**, Secretário da Inovação e Inteligência Artificial – SEIA; **João Arthur Mohr** e **Jeffrey Albers**, representantes da Comunidade Empresarial Paranaense. Participaram remotamente, por meio da plataforma Google Meet, os conselheiros **Sanimar Busse** e **Everton Lozano**, representantes da Comunidade Científica Paranaense; **Cesar Rissete** e **Itamir Viola**, representantes da Comunidade Tecnológica e de Inovação Paranaense; e **Zenir Teixeira**, representante da Comunidade Trabalhadora Paranaense. Registraram-se as ausências de **Camila Aragão**, Diretora-Geral da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento – Seab; **Marlos Wilton**, Diretor-Geral da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços – SEIC; e **Domingos Trevizan Filho**, Diretor-Geral da Secretaria do Planejamento. Em razão de compromissos de agenda, o Governador Carlos Massa Ratinho Júnior, Presidente do Conselho, autorizou o Conselheiro **Aldo Nelson Bona** a presidir esta reunião.

Aberta a sessão, o Presidente deu boas-vindas aos conselheiros, aos representantes das unidades de fomento e demais convidados, procedeu à leitura da pauta e propôs a inversão da ordem de apresentação da prestação de contas e da previsão orçamentária definida em pauta, para antecipar a apresentação da prestação de contas referente a 2025 e a previsão orçamentária para 2026 do Tecpar, considerando que o seu presidente, Eduardo Marafon, está em missão internacional. Não havendo objeções, foi aprovada a inversão de pauta. Em seguida, apresentou o novo Coordenador-Geral da Unidade Executiva do Fundo Paraná, Michel Jorge Samaha, destacando sua trajetória acadêmica e profissional. Por fim, esclareceu que a ata da reunião anterior não será objeto de deliberação, considerando que já foi assinada pelos Conselheiros, por meio eletrônico, bem como inexistem pendências. Logo após, o Conselheiro João Arthur Mohr informou que iria se ausentar, devido à necessidade de comparecer à reunião da Diretoria da Fiep. Dessa forma, passou-se às **deliberações**, iniciando com a prestação de contas do Tecpar. A apresentação foi realizada pelo Presidente Eduardo Marafon, que cumprimentou todos os presentes e explicou o detalhamento orçamentário e financeiro referente aos valores consolidados em 2025, mencionando que a Lei Orçamentária Anual de 2025 previa um orçamento de R\$ 26.729.767,00, o qual foi atualizado para R\$ 30.017.596,00 após a suplementação. Ainda, destacou que, após a transferência de recursos entre entes, a cota ajustada foi R\$ 34.517.596,00 e o valor executado em 2025 foi R\$ 32.778.688,00, restando um saldo de R\$ 1.738.908,00 que gerou uma execução de 95% sobre a cota ajustada e de 109% sobre o orçamento atualizado. Apresentou também o desempenho do Tecpar em 2025, informando o número de projetos vigentes, o valor total dos projetos vigentes desde 2022 e os valores empenhados em 2025, os projetos em execução em 2025, as entregas, resultados e impactos gerados, bem como os principais projetos desenvolvidos em 2025. Não havendo questionamentos, a prestação de contas do Tecpar foi aprovada por unanimidade. Em seguida, iniciou-se a apresentação da previsão de execução orçamentária de 2026 do Tecpar, pelo Sr. Paulo Cesar Mikosz, destacando que a LOA de 2026 prevê R\$ 29.709.432,00, já tendo sido executado de R\$ 1.077.446,00 em 2026, existindo um saldo disponível de R\$ 17.074.321,47, com base nas informações levantadas até março deste ano. Ainda, apresentou o cronograma dos projetos, contratados e em elaboração, que receberão recursos em 2026 e destacou aqueles mais importantes. O Conselheiro Jeffrey Albers pediu a palavra para sugerir que nas apresentações conste, além da data da assinatura do termo, a vigência dos termos, inclusive de projetos que foram finalizados, considerando que foram apresentados somente projetos que têm previsão de repasse de recursos em 2026. O Presidente Aldo Bona informou que houve a uniformização das apresentações dos entes, mas que seria possível ajustar para incluir os projetos que foram finalizados ou que ainda receberão recursos em anos subsequentes, demonstrando as etapas de repasse. O Conselheiro Cesar Rissete pediu a palavra para mencionar a importância do Tecpar na certificação, mas comentou que os números de certificação estão baixos, apesar da grande demanda. Dessa forma, perguntou se todos os processos de certificação do Tecpar estão nas rubricas apresentadas e se existe capacidade de ampliar o investimento em certificações para que os produtores possam participar de novos mercados que exigem tais certificados, além disso propôs a possibilidade de o Sebrae auxiliar nesses processos de certificação. O Presidente Aldo Bona respondeu que esse relatório é apenas parte do investimento na certificação, referente aos valores investidos pelo Fundo Paraná, sendo que o Tecpar continua atuando fortemente na certificação, bem como investindo em novas áreas. Ressaltou que a certificação é fonte geradora de receita do Tecpar, sendo que a maior parte do recurso investido em certificação é recurso decorrente do próprio serviço realizado, resultando em números relativamente baixos de investimento no relatório de prestação de contas e de previsão orçamentária do Tecpar, justamente porque os recursos do Fundo Paraná não são a fonte principal de pagamento das certificações realizadas. Comentou que o Tecpar está avançando, em parceria com a Adapar, na certificação de produtos da agroindústria, e que o Tecpar está à disposição caso o Sebrae tenha possibilidade de auxiliar na capacitação ou na instalação da estrutura necessária para certificação. O Conselheiro Cesar Rissete agradeceu a resposta e perguntou se seria possível que o Fundo Paraná aportasse recursos para subsidiar parte do custo da certificação dos empresários, sendo respondido pelo Presidente que seria possível, dependendo apenas de planejamento do Tecpar e da apresentação de proposta do Sebrae. O Conselheiro Jeffrey Albers pediu a palavra para informar a necessidade de ampliação de cadeias produtivas certificadas e o credenciamento de certificados junto ao Ministério da Agricultura para que os produtores possam obter benefícios em relação às taxas de juros na contratação de crédito rural. O Presidente Aldo Bona sugeriu a realização de uma reunião específica sobre certificação envolvendo a Faep, Sebrae e o IDR-PR para desenvolver um planejamento mais amplo das ações do Tecpar. Não havendo questionamentos, a previsão orçamentária do Tecpar foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a pauta foi retomada e o Presidente Aldo Bona apresentou a Resolução SETI nº 039/2026, que regulamenta a gestão técnica, os critérios e normas de distribuição, execução, acompanhamento, avaliação e prestação de contas dos projetos financiados com recursos do Fundo Paraná, bem como institui a obrigatoriedade do Sistema Integrado de Gestão de Projetos (SIGEP) e reorganiza o organograma da Unidade Executiva do Fundo Paraná. Explicou que o organograma somente foi feito em 2026, pois dependia do decreto que regulamenta a estrutura da SETI, o qual foi publicado somente no final de 2025. Destacou que, além das estruturas existentes previstas no decreto que regulamenta a SETI, a Resolução nº 039/2026 criou três núcleos ligados à Coordenação-Geral, sendo eles o Núcleo de Governança de Dados e Sistemas, o Núcleo de Monitoramento e Avaliação e o Núcleo Gerencial e Estratégico. Ressaltou que tal reorganização somente foi possível com a chegada de novos servidores do concurso público realizado pelo Governo Ratinho Júnior. Em seguida, o Coordenador-Geral da UEF, Michel Samaha, ressaltou a retomada dos sistemas de fiscalização pelo Núcleo de Monitoramento e Avaliação e a criação de um Núcleo Gerencial, responsável por avaliar os impactos e utilizar as evidências coletadas para a formulação das políticas públicas. O Presidente reforçou a importância do Núcleo de Monitoramento e Avaliação que, com a lotação de novos servidores, possui capacidade de visitas in loco, bem como de acompanhar os projetos. O Coordenador-Geral da UEF, Michel Samaha, esclareceu que a nova estrutura organizacional decorre da incorporação de expertise técnica à Unidade, o que permitiu a transição para um patamar gerencial. Complementou que, paralelamente, a Unidade promove o fortalecimento da equipe por meio de programas de capacitação. Logo após, o Presidente Aldo Bona iniciou a apresentação da prestação de contas referente a 2025, inclusive sobre os valores consolidados, mencionando que na LOA de 2025 foi previsto R\$ 541.414.334,00; houve uma suplementação de R\$ 68.308.016,00 que somente foi repassada em novembro de 2025, o que dificultou sua execução; o orçamento atualizado de R\$ 609.722.350,00; o valor executado de R\$ 609.698.838,93, restando um saldo de R\$ 23.509,09, referente a um estorno realizado pelo IDR-PR, e gerando uma execução de 99,99%, sendo que mais de 2% da receita líquida de impostos foram investidos em C&I e, portanto, o investimento foi acima do percentual previsto constitucionalmente. Ainda, demonstrou como os valores consolidados foram distribuídos entre os entes, sendo que a LOA de 2025 previu R\$ 267.297.667,00 para a SETI, R\$ 133.648.833,50 para a Fundação Araucária, R\$ 66.824.416,75 para a SEIA, R\$ 26.729.766,70 para o Tecpar, R\$ 26.729.766,70 para o IDR-PR, R\$ 13.364.883,35 para o Ipardes, R\$ 5.469.000,00 para Encargos Especiais, R\$ 1.350.000,00 para Gestão Administrativa. Além disso, explicou que a cota ajustada considera o acréscimo em razão da suplementação e os remanejamentos de recursos que ocorreram entre os entes, sendo R\$ 286.429.511,00 para a SETI, R\$ 166.674.575,00 para a Fundação Araucária, R\$ 84.795.429,00 para a SEIA, R\$ 34.517.595,50 para o Tecpar, R\$ 24.630.723,00 para o IDR-PR, R\$ 5.508.797,75 para o Ipardes, R\$ 6.124.000,00 para Encargos Especiais e R\$ 1.041.719,00 para Gestão Administrativa. Logo em seguida, apresentou o valor empenhado por ente, sendo R\$ 286.429.511,00 pela SETI, representando 100% de execução da cota ajustada; R\$ 272.589.577,32 pela Fundação Araucária, caracterizando 163,5% executado devido a um repasse de recursos pelos outros entes para execução de programas e projetos; R\$ 84.795.427,02 pela SEIA, o que também representa 100% de execução; R\$ 32.778.687,83 pelo Tecpar, constituindo 95% executado; R\$ 22.134.521,42 pelo IDR-PR, representando 92% de execução; R\$ 2.758.536,66 pelo Ipardes, o que caracteriza 50% executado. Os Encargos Especiais e Gestão Administrativa foram 100% executados em relação à cota ajustada. Ainda, apresentou como o investimento em infraestrutura científica e tecnologia foi realizado desde 2019; o número de projetos contratados por ano e com repasse por ano; o total de bolsas vigentes em 2025, bem como o número de bolsistas por modalidades de bolsa e por grande área; o número de desafios e eixos da PECTI, bem como ODS, que são atendidos por projetos com repasse em 2025; as cidades e regiões beneficiadas por recursos do Fundo Paraná em 2025; a execução dos

recursos por instituição parceira; e, por fim, os principais projetos apoiados com recursos do Fundo Paraná, como o Parque da Ciência Newton Freire Maia, a Encomenda Governamental Unidata, o Laboratório especializado em análises de biogás e biometano, o Centro de Processamento Celular, demonstrando que a SETI está acolhendo demandas de projetos de ciência e tecnologia de diferentes atores, desde que atenda à PECTI. O Presidente explicou que não irá submeter, por ora, a prestação de contas à aprovação dos demais Conselheiros, pois como o relatório abrange a execução dos demais entes, é preferível apreciar a prestação de contas de cada um dos partícipes para depois ocorrer a apreciação da prestação de contas global. Em seguida, o Diretor de Administração e Finanças da Fundação Araucária, Gerson Koch, cumprimentou todas as pessoas presentes e iniciou a apresentação da prestação de contas da instituição, ressaltando suas linhas de atuação em 2025; a previsão de R\$ 133.648.834,00 na LOA de 2025, bem como o orçamento atualizado de R\$ 150.087.978,00, a cota ajustada de R\$ 166.674.575,00 e o valor executado de R\$ 69.120.981,00, gerando uma execução de 41,47% sobre a cota ajustada e 46,05% sobre o orçamento atualizado. Ainda, destacou os projetos executados, as entregas, resultados e impactos gerados. Não havendo questionamentos, a prestação de contas da Fundação Araucária foi aprovada por unanimidade. Após, o Secretário Marcos Stamm cumprimentou todas as pessoas presentes e iniciou a apresentação da prestação de contas da SEIA demonstrando que a LOA de 2025 previu R\$ 66.824.417,00, um orçamento atualizado de R\$ 84.795.429,00, após a suplementação orçamentária e recebimento de recursos de outros entes, sendo executado R\$ 84.795.427,00. Ainda, destacou os projetos executados em 2025, inclusive em relação ao valor total e ao valor executado. O Conselheiro Itamir Viola pediu a palavra para perguntar o motivo da SEIA investir a maior parte de seu orçamento nos municípios por meio do repasse Fundo a Fundo, uma vez que seria melhor investir em programas coordenados e estruturados a nível estadual para que a efetividade do recurso seja mais bem aplicada, bem como para aumentar o controle, eficiência e monitoramento desses recursos. O Conselheiro Marcos Stamm respondeu que ao longo do ano a Secretaria desenvolve ações, inclusive as indicadas na reunião anterior do Conselho, e muitas dessas ações são desenvolvidas junto com a SETI, a Fundação Araucária e a SEED, além disso, informou que como há a obrigação anual de investir, é recomendado a inexistência de saldos. Ainda, explicou que tais transferências têm como fundamento o Pacto pela Inovação e são devoluções de recursos não empenhados. O Conselheiro Cesar Rissete também pediu a palavra para ressaltar a importância do repasse Fundo a Fundo para auxiliar os municípios em suas agendas de inovação, bem como da necessidade de que os recursos repassados por essa modalidade atendam à PECTI. A Sra. Erika Dmitruk, da SETI, pediu a palavra para ressaltar que a Resolução nº 39/2026 regulamenta parte da legislação instituidora da modalidade Fundo a Fundo. Na oportunidade, esclareceu ainda que a lei atinente ao Fundo Paraná prevê competência da SEIA a definição das regras de repasse, bem como a obrigatoriedade de apresentar os referidos dados ao Conselho. O Conselheiro Marcos Stamm pediu a palavra para esclarecer que tal modalidade de repasse foi criada por lei, que também determinou ser obrigação da SEIA fazer a regulamentação dessa modalidade. Explicou que a regulamentação em questão foi implementada e que os municípios obtiveram a prerrogativa de aderir ao Pacto pela Inovação desde o seu lançamento, condicionada à observância dos requisitos estabelecidos. O Presidente estabeleceu um paralelo com a necessidade de criação do Núcleo de Monitoramento e Avaliação, cuja finalidade será a fiscalização presencial da aplicação dos recursos repassados pela UEF, visando verificar a conformidade da execução com as obrigações pactuadas. O Conselheiro Marcos Stamm concordou e destacou que a execução, de acordo com a própria lei, será feita pelos municípios. Não havendo questionamentos, a prestação de contas da SEIA foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a Sra. Vânia Cirino cumprimentou todos os presentes e iniciou a apresentação do IDR-PR, destacando o detalhamento orçamentário e financeiro dos valores referentes ao ano de 2025, sendo R\$ 26.729.767,00 previsto na LOA de 2025, o orçamento atualizado de R\$ 30.017.596,00, a cota ajustada de R\$ 54.630.723,00 e o valor executado de R\$ 22.134.521,00, gerando uma execução de 90% sobre a cota ajustada e 74% de execução sobre o orçamento atualizado. Também apresentou a execução financeira dos equipamentos, material de consumo, serviços e bolsas dos projetos aprovados em 2023, 2024 e 2025. Ressaltou que os principais resultados advindos desses investimentos foram o registro de 5 novas cultivares em 2025, totalizando 43 cultivares de feijão disponibilizadas aos produtores; a participação paranaense de 70% no mercado nacional de sementes de feijão tipo preto e de aproximadamente 40% no mercado nacional de sementes de feijão tipo carioca; lançamento de cultivares de trigo e de café, totalizando 234 cultivares desenvolvidas pelo IDR-PR, que são licenciadas aos 80 parceiros em 8 estados da federação; a orientação e capacitação de 168 bolsistas; celebração de parcerias com empresas, universidades nacionais e internacionais para projetos de pesquisa e inovação; participação e coordenação em NAPIs; e publicações, como artigos científicos e livros. Não havendo questionamentos, a prestação de contas do IDR-PR foi aprovada por unanimidade. Após, o presidente do Iparde, Jorge Callado, cumprimentou os presentes e iniciou a apresentação da prestação de contas dos recursos referentes a 2025, destacando a vinda de novos funcionários pelo concurso realizado pelo Governo Ratinho Júnior. Em seguida, passou a palavra à Sra. Carolina Ribeiro, Diretora Administrativa do Iparde, que cumprimentou todos os presentes e deu continuidade à apresentação, ressaltando o detalhamento orçamentário e financeiro dos valores referentes ao ano de 2025, informando a previsão de R\$ 13.364.883,00 da LOA de 2025, o orçamento atualizado de R\$ 15.008.798,00, a cota ajustada de R\$ 5.508.798,00 e o valor executado de R\$ 2.758.537,00, o que gerou uma execução de 50% sobre a cota ajustada e de 18% sobre o orçamento atualizado. Ainda, apresentou os projetos executados, seus resultados e impactos gerados, bem como o desempenho realizado e os projetos em destaque em 2025. Não havendo questionamentos, a prestação de contas do Iparde foi aprovada por unanimidade. Logo após, o Presidente Aldo Bona iniciou a apresentação da previsão orçamentária em 2026 do Fundo Paraná, informando que há previsão de R\$ 604.352.171,00 na Lei Orçamentária Anual de 2026, sendo que o valor executado até março de 2026 foi de R\$ 107.198.241,26, o que representa uma execução de 18%. Além disso, destacou os valores previstos na LOA de 2026 para cada um dos entes, sendo R\$ 297.904.324,50 para a SETI, R\$ 148.952.162,25 para a Fundação Araucária, R\$ 74.476.081,13 da SEIA, R\$ 29.790.432,45 para o Tecpar, R\$ 39.790.432,45 para o IDR-PR, R\$ 14.895.216,23 para o Iparde, R\$ 6.043.522,00 para Encargos Especiais e R\$ 2.500.000,00 para Gestão Administrativa. Informou, ainda, que a SETI irá receber em seu orçamento R\$ 35.770.465,00, referente à antecipação de cota que ocorreu para a Fundação Araucária, e R\$ 500.000,00 da SEIA, referente à transferência de cotas, ocasionando uma cota ajustada de R\$ 334.174.879,82, com um valor já empenhado de R\$ 83.086.138,17 até março de 2026; que a Fundação Araucária terá seu orçamento reduzido em R\$ 35.770.465,00, devido à antecipação de cota supracitada, e receberá da SEIA R\$ 11.055.658,00, como transferência de cotas, totalizando uma cota ajustada de R\$ 124.237.356,06, com um valor já empenhado de R\$ 955.659,00; que a SEIA reduzirá R\$ 13.055.658,00 do seu orçamento, referente à transferência de cota, gerando uma cota ajustada de R\$ 61.420.332,00 e valor empenhado de R\$ 14.527.237,00; que a cota ajustada do Tecpar é igual ao valor previsto na LOA 2026, sendo já executado R\$ 1.077.446,00; que o IDR-PR receberá R\$ 1.500.000,00 em seu orçamento, referente à transferência de cota, totalizando uma cota ajustada de R\$ 31.290.432,45 e um valor empenhado de R\$ 844.744,00. Esclareceu que tanto os Encargos Especiais quanto à Gestão Administrativa têm sua cota ajustada igual à previsão da LOA, sendo que os Encargos Especiais já foram 100% executados e a Gestão Administrativa apresenta 1,5% de execução. Em relação às transferências de cotas, explicou que a SEIA transferiu R\$ 2.000.000,00 para a SETI realizar o Projeto Terminal HUB Maringá; e também transferiu para a Fundação Araucária R\$ 100.000,00 para realizar o projeto Pint of Science, R\$ 955.659,00 para realizar os projetos Bess Containers, UEL one Health e o Sistema de apoio para controle da traça do tomateiro, R\$ 10.000.000,00 para realizar o projeto Nexus; e que a SETI transferiu R\$ 1.500.000,00 para o IDR-PR realizar o projeto Transformando o solo em reserva hídrica. Em seguida, apresentou os valores referentes à cota parte da SETI em 2026, que totalizam R\$ 334.174.879,82; o valor executado de R\$ 92.671.004,68 e o saldo disponível para a contratação de novos projetos de R\$ 56.120.111,40, sendo tais valores referentes até março de 2026. Ainda, apresentou a comparação da execução orçamentária entre os anos de 2025 e 2026 em relação aos valores repassados e empenhados até março deste ano; e destacou os projetos que serão contratados em 2026 pela SETI. Não havendo questionamentos, a previsão orçamentária da SETI foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a palavra foi entregue ao Diretor de Administração e Finanças da Fundação Araucária, Gerson Koch, que iniciou a apresentação da previsão orçamentária para 2026, informando que a LOA de 2026 prevê R\$ 148.952.162,00, sendo a cota ajustada de R\$ 124.237.356,00 e o valor executado de R\$ 40.681.282,00. Ainda, destacou o plano de fomento, os resultados esperados e os projetos previstos para esse ano. Não havendo questionamentos, a previsão orçamentária da Fundação Araucária foi aprovada por unanimidade. O Presidente Aldo Bona relembrou que, no começo da reunião, havia falado que submeteria a prestação da SETI à deliberação do Conselho após a apresentação de todos os entes, desse modo procedeu à submissão da prestação de contas à apreciação do Conselho. Não havendo questionamentos, a prestação de contas da SETI foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Conselheiro Marcos Stamm apresentou a previsão orçamentária da SEIA para 2026, informando que a LOA de 2026 prevê um orçamento inicial de R\$ 74.476.081,00, sendo R\$ 61.420.422,00 em execução; bem como explicou que o Pacto pela Inovação é uma ação decorrente do Fundo a Fundo, que foi introduzido na Lei nº 21.354/2023 e regulamenta o Fundo Paraná. Destacou que o artigo 5ºA instituiu a possibilidade de transferência de recursos diretamente para os municípios e havia a necessidade de regulamentação para a sua utilização, sendo feita por meio de resolução da SEIA. Informou que tal resolução, apesar de ser um ato do Secretário, tramitou na PGE para discutir o modelo a ser adotado e citou o artigo 1º, o qual estabelece que os recursos do Fundo poderão ser repassados de forma regular e automática para os Fundos Municipais de Inovação. Além disso, mencionou que a própria resolução estabelece que, para a destinação dos recursos, serão observados critérios como alinhamento com a PECTI, bem como em seu artigo 3º, dispondo que os recursos do Fundo Paraná que serão encaminhados aos Fundos Municipais de Tecnologia e Inovação deverão ser aplicados em conformidade com as diretrizes da Lei Estadual nº 20.541/21 e da PECTI. Explicou que optaram por repetir tais disposições na resolução justamente para demonstrar que os recursos repassados e utilizados pelos municípios atendem às diretrizes desse Conselho. Além disso, destacou que todos os municípios que desejam utilizar esses recursos tiveram que aderir ao Pacto pela Inovação, o qual possui critérios bem definidos para a subvenção econômica, como a necessidade de constituir um fundo municipal de inovação e um conselho municipal de inovação para realizar a prestação de contas. Esclareceu, ainda, que os recursos do Pacto pela Inovação foram empenhados em 2025 e liberados em 2026, sendo que haverá a prestação de contas de tais recursos em 2027. O Conselheiro Cesar Rissete pediu a palavra para complementar que a importância dessa ação nos municípios já se encontra

evidenciada, sendo papel do Conselho proporcionar mais segurança e tranquilidade à execução dos recursos, principalmente por ser algo novo. O Conselheiro Marcos Stamm agradeceu e ressaltou a importância de demonstrar que o Conselho está alinhado, inclusive em relação à Resolução nº 39/2026. Em seguida, deu continuidade à apresentação, trazendo exemplos de projetos que estão sendo executados em 2026. Não havendo questionamentos, a previsão orçamentária da SEIA foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, a Sra. Vânia Cirino apresentou a previsão orçamentária do IDR-PR para 2026, explicando que 68% dos recursos são destinados a projetos de PD&I e 31,5% são destinados a transferência e difusão de tecnologias, bem como apresentou os projetos que estão previstos para 2026. Ainda, destacou a LOA de 2026 prevê R\$ 29.790.432,00, sendo o orçamento atualizado de R\$ 31.290.432,00 e o valor executado em R\$ 844.744,00, existindo um saldo disponível de R\$ 22.862.226,00 para novos projetos. Por fim, apresentou o cronograma orçamentário e financeiro previsto para 2026. O Conselheiro Cesar Rissete pediu a palavra para comentar que a Embrapa estava realizando estudos sobre os impactos das mudanças climáticas na agricultura e perguntar se o Paraná possui estudos para mapear o impacto das mudanças climáticas nas culturas paranaenses. O Presidente Aldo Bona explicou que existe um arranjo de pesquisa e inovação sobre mudanças climáticas, o qual já apresentou resultados expressivos ao Governador, e um conjunto de pesquisas sobre este tema, algumas com colaboração internacional, envolvendo universidades estaduais e federais. A Sra. Vânia Cirino pediu a palavra para complementar a resposta, dizendo que o IDR-PR possui algumas pesquisas, como os Sistemas Integrados de Produção Agropecuária, para mitigar os efeitos adversos do clima, bem como estudos nas áreas de recursos naturais, no melhoramento genético e no monitoramento de condições climáticas. O Conselheiro Itamir Viola pediu a palavra para perguntar qual é o nível de colaboração que o IDR-PR possui com a Embrapa, considerando que também possuem pesquisas sobre mudanças climáticas. A Sra. Vânia pontuou que a Embrapa enfrenta dificuldades financeiras, observando uma inversão no fluxo de fomento: se anteriormente os entes estaduais recorriam à referida empresa em busca de suporte financeiro, atualmente é a Embrapa que pleiteia recursos junto às instituições estaduais para a viabilização de suas pesquisas. Informou que as parcerias entre o IDR-PR e a Embrapa restringem-se a projetos específicos de pesquisa voltados a café, mandioca e enxertos. Ressaltou, contudo, que a formalização de novos acordos na área de PD&I enfrenta óbices, visto que a Embrapa condiciona as parcerias à titularidade integral da propriedade intelectual gerada. O Presidente Aldo Bona complementou a resposta informando que a SETI tem apoiado a Embrapa, inclusive com recursos do Fundo Paraná, ao apoiar pesquisadores da Embrapa que estão realizando pesquisas no IDR-PR. O Conselheiro Jeffrey Albers pediu a palavra para mencionar que a Faep possui parceria com a Embrapa para fazer um levantamento da questão hídrica no estado e também o monitoramento do uso e consumo de água pela agropecuária. Não havendo questionamentos, a previsão orçamentária do IDR-PR foi aprovada por unanimidade. Em seguida, Julio Takeshi, Diretor de Pesquisa, iniciou a apresentação da previsão orçamentária do Iparides, informando estar previsto o orçamento de R\$ 14.985.216,00 na LOA de 2026, bem como o valor empenhado de R\$ 1.581.754,00 e os projetos que serão executados em 2026. O Conselheiro Itamir Viola pediu a palavra para propor ao Iparides um estudo sobre novas oportunidades de desenvolvimento econômico no estado do Paraná, no intuito de direcionar a atuação do Conselho em pesquisas e investimentos. O Diretor de Administração e Finanças da Fundação Araucária, Gerson Koch, ressaltou a existência do programa Paraná 2040. Informou que a iniciativa realizou um diagnóstico abrangente do estado, segmentado por microrregiões, que incluiu consultas populares para identificar demandas locais. Como resultado, o programa consolidou o mapeamento das necessidades, aspirações e oportunidades de cada região. Não havendo questionamentos, foi aprovada a previsão orçamentária do Iparides para 2026, com a proposta de o instituto realizar um estudo sobre novas oportunidades de desenvolvimento econômico no estado do Paraná. Em seguida, o Presidente Aldo Bona deu continuidade à pauta, relembrando ao Conselho que, na reunião anterior, houve pedido de autorização para a SETI elaborar e aprovar ad referendum a resolução referente à criação de novas modalidades de bolsas. Informou, nesse sentido, a publicação da Resolução SETI nº 252/2026, que expandiu para 26 o número de modalidades de bolsas destinadas ao atendimento dos projetos. Ressaltou que não foram incluídas bolsas de pós-graduação stricto sensu, visto que o fomento a essa categoria é de competência da Fundação Araucária. Não havendo questionamentos, foi referendada a Resolução SETI nº 252/2026. Em seguida, o Presidente apresentou a solicitação para elaboração de regimento interno do Conselho, propondo elaborar uma minuta que será enviada aos Conselheiros, os quais terão um prazo para se manifestar e sugerir alterações, no intuito de que a publicação do regimento ocorra antes da próxima reunião do Conselho, na qual ocorreria a deliberação. Não havendo questionamentos, foi aprovada a proposta de elaboração do regimento interno do CCT/PR. Em relação à modalidade Fundo a Fundo, o Presidente propôs que cada Conselheiro analise a Resolução SEIA nº 11/2025 e, havendo ideias de proposição para o aperfeiçoamento da resolução, seja discutido oportunamente na reunião do Conselho, inclusive com a possibilidade de agendamento de uma reunião extraordinária para discutir o tema, devendo tais proposições serem apresentadas à SETI, que fará a articulação junto à SEIA. Não havendo questionamentos, foi aprovada a proposta de análise da Resolução SEIA nº 11/2025 pelos Conselheiros, a fim de que possam contribuir com recomendações de aperfeiçoamento da resolução. Finalmente, o Presidente Aldo Bona agradeceu a participação de todos, considerou a pauta concluída e declarou **encerrada a reunião**. As apresentações das prestações de contas referentes a 2025 e da previsão orçamentária de 2026 de todos os entes encontra-se disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/Pagina/Conselho-Paranaense-de-Ciencia-e-Tecnologia>.

Curitiba, 27 de abril de 2026.

57397/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR2º T.A. TED N.º 058/2024 – E-protocolo: 25.777.443-0 - Participes:
SETI/UEF/IDR-PARANÁ

DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do TED nº 058/2024, formalizado para a execução do projeto denominado "APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS COM SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO IDR-PARANÁ", tendo em vista a justificativa apresentada pela UNIDADE DESCENTRALIZADA no protocolo em epígrafe e nos termos do Plano de Aplicação aprovado.

DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA

Ficam prorrogados os prazos de execução e de vigência do TED nº 058/2024, que passarão a ser de **29 (vinte e nove) meses**, com prazo final em 18/11/2026.

O cronograma físico e o cronograma de desembolso analisados pelos setores técnicos e aprovados pelas autoridades competentes, partes integrantes do plano de trabalho, ficam alterados sem modificação das demais disposições do plano de trabalho.

DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no TED nº 058/2024.

DA PUBLICAÇÃO

O resumo deste instrumento deverá ser publicado na imprensa oficial e no sítio eletrônico oficial da unidade descentralizadora, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura, nos termos do art. 14, do Decreto 11.180/2022.

Este Termo Aditivo passa a valer a partir da data de publicação do extrato em Diário Oficial.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

57380/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO
SUPERIOR

Protocolo: 25.287.740-1

DESPACHO: Considerando o contido no presente protocolo AUTORIZO a contratação pretendida I - Nome, CNPJ do credor: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, CNPJ nº 00.718.288/0001-34; II - Objeto resumido da despesa: Contratação de pacote para participação na programação técnica no CONBRAN 2026 – XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO, que será realizado no espaço Viasoft Experience, em Curitiba, entre os dias 12 a 15 de maio de 2026. A contratação inclui locação de espaço e construção de estande no evento, além de fornecimento de 50 acessos ao Congresso, conforme especificações estabelecidas neste instrumento. III - Valor total do objeto: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). IV - Código da dotação a ser onerada: Gestão/Unidade: 45.01 - Gabinete do Secretário; Fonte de Recursos: 500 - Recursos não vinculados de impostos; Programa de Trabalho: 8080 - Gestão das Atividades Universitárias; Elemento de Despesa: 3390.3922 - Exposições, Congressos e Conferências; Dotação Orçamentária: 45.01.12.364.34.8080 - Gestão das Atividades Universitárias. V – Prazo de realização da despesa: Do fornecimento: as entregas deverão estar finalizadas até 11 de maio de 2026, isto é, 01 dia antes da abertura do evento, que será em 12/05/2026 e deverá contemplar o período do evento, qual seja, de 12 a 15 de maio de 2026. VI - Dispositivo legal no qual se embasou a licitação, sua dispensa ou inexigibilidade, quando couber: Art. 74, inciso I da Lei nº 14.133/2021 VII - Cumprimento dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000: Informação n.º 76/2026 do Núcleo Fazendário Setorial apenso às fls. 466-467 e Declaração de Adequação da Despesa - DAD – SETI apenso às fls. 470-471 do referido protocolo.

Publique-se e Cumpra-se

Curitiba, 06 de maio de 2026

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

56985/2026